

## Informe

informe@ofluminense.com.br

### 13º salário: R\$ 214,6 bilhões na economia

O pagamento do 13º salário deverá injetar na economia brasileira, até dezembro, R\$ 214,6 bilhões, de acordo com estimativa divulgada na terça (5) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Aproximadamente 81 milhões de brasileiros serão beneficiados com rendimento adicional, em média, de R\$ 2.451. Têm direito a receber o salário extra os trabalhadores do mercado formal, inclusive empregados domésticos, os beneficiários da Previdência Social e os aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados e municípios.

### BNDES antecipa R\$ 30 bi

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai antecipar o pagamento ao Tesouro Nacional de mais R\$ 30 bilhões de empréstimos que recebeu da União. A expectativa é que o pagamento ocorra ainda neste mês de novembro. Com esse pré-pagamento, o BNDES atinge um total de R\$ 123 bilhões devolvidos à União este ano, dentro da meta acordada para 2019.

### Liberdade, base da democracia

No fim da audiência sobre o decreto que transferiu o Conselho Superior do Cinema do Ministério da Cidadania para a Casa Civil e alterou a composição do colegiado, a ministra Cármen Lúcia, do STF, disse que “a democracia se faz com base em todas as formas de liberdade”.

### Aplicação da Constituição

E que o STF trabalha para que a Constituição seja aplicada “de forma plural, digna, e garantindo que todo brasileiro tenha acesso à cultura”. Cármen Lúcia é relatora da Arguição aberta pelo partido Rede, que pede a suspensão do decreto, sob o argumento de desvio de finalidade.

### PF intima dois senadores

A Polícia Federal cumpriu na terça (5) vários mandados judiciais de busca e apreensão e medidas de sequestro de bens por determinação do Supremo Tribunal Federal. Entre os nomes relacionados, estão os dos senadores Eduardo Braga (AM) e Renan Calheiros (AL), ambos do MDB. Os dois foram intimados a prestar esclarecimentos à PF. “As ações atendem determinações do ministro Edson Fachin, que assina as ordens judiciais, e que não divulgará detalhes das medidas”, adiantou comunicado da PF.

### Depoimento agendado

Em nota, os advogados do senador Eduardo Braga informaram que o parlamentar recebeu de manhã uma solicitação do delegado Bernardo Amaral para prestar esclarecimentos no inquérito 4707 (STF) e que o senador já fez contato para ajustar a data do depoimento.

### À disposição das autoridades

Já a assessoria do senador Renan Calheiros informou que ele recebeu um mesmo delegado da PF em sua residência para entregar intimação de depoimento no mesmo inquérito de Braga. “O senador afirmou que está à disposição e que é o maior interessado no esclarecimento dos fatos”.

### Monitoramento do RRF

O Governo do Estado publicou, na terça-feira (5), em edição extraordinária do Diário Oficial, o Decreto 46.820/19, que disciplina o monitoramento interno do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e a comunicação entre o Conselho de Supervisão Fiscal e o estado. A medida foi tomada para aprimorar a aplicação do RRF. Além disso, padroniza os trâmites envolvendo o Conselho de Supervisão Fiscal (CSRFF) e os órgãos das administrações públicas Direta e Indireta. A Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança e a Secretaria de Estado de Fazenda serão responsáveis por monitorar o cumprimento do RRF.

### CURTAS

O presidente do TJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, determinou que os servidores do Degase voltem ao trabalho em 24 horas. Em caso de descumprimento da ordem, o sindicato da categoria (Sind-Degase) terá de pagar multa diária de R\$ 400 mil. A greve, iniciada nos primeiros minutos de terça-feira, paralisou 25 unidades do Degase. Os trabalhadores reivindicam a implementação do Regime Adicional de Serviço (RAS), a liberação do porte de arma, progressão funcional garantida por lei e a realização de

novos concursos públicos. Em sua decisão, o presidente do TJ destaca que a greve foi deflagrada sem esgotar as etapas de negociação previstas em lei.

A Prefeitura de Niterói lançou o Orçamento Participativo da Juventude. A partir desta iniciativa, os jovens da cidade, entre 15 e 29 anos, poderão acompanhar os projetos e também a destinação de recursos na ordem de R\$ 20 milhões em áreas como educação, empregabilidade, empreendedorismo, esporte, cultura e lazer.

# Bolsonaro entrega pacote de medidas econômicas

Pacto federativo pode transferir até R\$ 500 bi a estados e municípios

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Bolsonaro, acompanhado de Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni, entrega o pacote

O presidente da República, Jair Bolsonaro, entregou pessoalmente ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) nesta terça (5) um pacote com três propostas de emenda à Constituição (PEC) que tratam de reformas econômicas. Além da PEC do Novo Pacto Federativo, foram entregues a PEC da Emergência Fiscal, ou PEC dos Gatilhos – que define gatilhos automáticos de contenção dos gastos públicos em caso de crise financeira na União, estados e municípios - e a PEC dos fundos, que revê a vinculação de receitas com 281 fundos públicos em vigor atualmente. Mais uma vez o presidente fez o caminho do Palácio do Planalto ao Senado a pé na companhia de assessores, seguranças e dos ministros Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil). A entrega ocorreu no gabinete da presidência do Senado.

Com as mudanças no pacto federativo, poderão ser transferidos a estados e municípios de R\$ 400 bilhões a R\$ 500 bilhões nos próximos 15 anos. Bolsonaro disse que, após a reforma, os recursos deverão chegar aonde o povo está, para políticas públicas em saúde, educação, sanea-

mento e segurança. “Eles, lá embaixo, nos estados e municípios, decidirão o que fazer melhor do que muito de nós, porque eles vivem os problemas do dia a dia na sua base”, disse o presidente. “Nós gostaríamos, sim, de continuar recebendo a visita de prefeitos e governadores, mas a título de visita apenas e não para vir nos pedir algo orçamentário. Isso [recursos]

já está garantido nessa emenda à Constituição.”

O ministro Paulo Guedes explicou que o objetivo é modernizar o Estado para fazer as políticas públicas de forma descentralizada, garantindo as receitas. “O pacto tem várias dimensões, tem a consolidação de uma cultura fiscal, cultura de austeridade e sustentabilidade financeira. Ao mesmo tempo, estamos

descentralizando recursos para estados e municípios de forma a fortalecer a federação brasileira”, explicou.

**Tramitação** – Como as propostas do pacto federativo estão, há meses, sendo debatidas entre a equipe econômica e os líderes partidários, para que comecem a tramitar pelo Senado, o governo abriu mão da autoria do texto. As propostas serão apresentadas pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e pelo líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) ressaltou que, ao longo das últimas décadas, a centralização de recursos no governo central impediu o desenvolvimento de muitas regiões do país, especialmente do Norte e do Nordeste, mas que agora esta é uma bandeira do atual governo.

Sobre o calendário para tramitação das PECs, Alcolumbre disse que deverá ser definido nesta quarta (6) em uma reunião na qual espera contar com a participação dos 81 senadores. A expectativa do governo é que o pacto seja aprovado até meados do ano que vem. ■

## Benefícios reavaliados a cada 4 anos

Previstos para chegarem a R\$ 330,6 bilhões no próximo ano, os benefícios tributários serão reavaliados a cada quatro anos, segundo a PEC do pacto federativo. A partir de 2026, as renúncias não poderão ultrapassar 2% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com a PEC, caso os incentivos tributários continuem acima do teto em 2026, não poderá haver concessão, ampliação ou renovação de benefício tributário. A PEC também pretende determinar que leis e decisões judiciais que criem despesas só tenham eficácia quando houver previsão no Orçamento. Atualmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem o poder de impor derrotas à União sem que haja recursos disponíveis.

Outra proposta prevê a diminuição de 40% para 14% da parcela do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Caso a União descumpra a regra de ouro (teto de endividamento) e os gatilhos que congelam gastos públicos sejam acionados, os repasses do FAT ao BNDES seriam suspensos. A PEC do Pacto Federativo estabelece a vigência de medida por um ano, sendo renovável até o reequilíbrio. A PEC Emergencial prevê a suspensão por dois anos.

A PEC prevê a transferência de royalties e participações especiais (do petróleo e dos demais minérios) a todos os

estados e municípios. Atualmente, somente os recursos do Fundo Social do Pré-Sal são compartilhados em todo o país. Os recursos da exploração do petróleo na camada pós-sal são distribuídos somente às zonas produtoras. Os estados e os municípios também passarão a receber toda a arrecadação do salário-educação e terão liberdade para definirem o uso dos recursos.

No entanto, a partir de 2026, a União ficará proibida de socorrer antes em dificuldades fiscais e financeiras que não tenham sido contraídas a entidades internacionais. Até lá, estados contarão com o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), em tramitação na Câmara. ■

## Mudança na Saúde e Educação

Entre as propostas, os limites mínimos estabelecidos para a saúde e a educação serão fundidos, de forma a permitir que o gestor compense o gasto de uma área na outra. Segundo o secretário de Orçamento Federal do Ministério da Economia, George Soares, os valores financeiros, nos percentuais, dos gastos mínimos em saúde e educação serão somados para definir o piso. Isso porque os dois mínimos são calculados sobre bases diferentes.

O mínimo constitucional para a saúde é calculado com base em um percentual da receita corrente líquida. O mínimo para a educação é definido com base em uma parcela da receita líquida de transferência. O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, esclareceu que o governo concordou em retirar da PEC do Pacto Federativo a autorização para que os gastos com aposentadorias e pensões nas duas áreas sejam incluídos nos limites. A mudança, na prática, abriria espaço para os entes públicos reduzirem os gastos em saúde e educação nos próximos anos. ■

## Gatilho contra gastos públicos

A PEC do Pacto Federativo visa ainda a desindexação de gastos obrigatórios em caso de emergência fiscal. Essas despesas deixarão de ser corrigidas pela inflação em momentos de dificuldades fiscais e financeiras. Os benefícios da Previdência – aposentadoria, auxílios e pensões – e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ajuda assistencial paga pelo governo, ficaram fora da PEC. Essas despesas continuarão a ter a reposição da inflação mesmo em caso de estresse fiscal. As medidas valem por um ano, sendo renováveis até o reequi-

líbrio das contas públicas.

Pela PEC do Pacto Federativo, o gatilho que interrompe o reajuste pela inflação seria acionado em caso de endividamento excessivo. Para a União, o Congresso precisaria autorizar o descumprimento da regra de ouro, ou seja, o estouro do limite de endividamento. Para estados e municípios, os mecanismos seriam acionados sempre que a despesa corrente estourar 95% da receita corrente de um ano.

A proposta proíbe a promoção de servidores públicos, a concessão de reajustes, a

criação de cargos, as reestruturações de carreira, a realização de concursos públicos e a criação de verbas indenizatórias. Nesse período, também ficaria proibida a criação de gastos obrigatórios e de benefícios tributários. Segundo a PEC, nestas situações servidores públicos poderiam ter a jornada reduzida em até 25%, com corte proporcional dos vencimentos. No caso da União, os repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ficariam suspensos.

## Municípios podem ser extintos

Outra proposta do Governo é que municípios com menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria inferior a 10% da receita total serão incorporados pelo município vizinho. Segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, a medida poderá afetar até 1.254 municípios. A incorporação valerá a partir de 2025, e caberá a uma lei ordinária definir qual município vizinho absorverá a prefeitura deficitária. Uma lei complementar disciplinará a criação e o desmembramento de municípios.

A PEC também estende as regras da execução do Orçamento federal aos esta-

dos e municípios. A regra de ouro (teto de endividamento público) e o teto de gastos seriam estendidos aos governos locais.

As prefeituras e os governos estaduais também poderão contingenciar (bloquear) parte dos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público locais. Atualmente, somente a União pode contingenciar verbas de todos os Poderes. Os governos locais só conseguem bloquear recursos do Poder Executivo.

Segundo o Ministério da Economia, a PEC do Pacto Federativo acabará com a disputa judicial em torno

da Lei Kandir, ao estender a transferência de royalties e participação especial do petróleo para todos os estados e municípios. Hoje, os estados negociam com a União todos os anos os repasses da Lei Kandir, que prevê que o governo federal deve compensar a desoneração de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para mercadorias primárias e semielaboradas.

A PEC também proíbe que estados e municípios se apropriem de recursos de fundos de pensão e depósitos judiciais de ações entre particulares para pagarem despesas. ■

## Conselho Fiscal

A PEC prevê a criação do Conselho Fiscal da República. Composto pelos presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado e do Tribunal de Contas da União (TCU), além de governadores e prefeitos, o conselho avaliará a sustentabilidade financeira da Federação. Outra mudança da PEC consiste na prerrogativa de que o TCU emita orientações normativas para evitar divergências de interpretação de conceitos entre tribunais de contas dos estados e dos municípios.